

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.319 - ES
(2019/0156458-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : JONAS FREITAS DE JESUS FILHO
ADVOGADO : LEANDRO ATAYDE TRISTAO DE OLIVEIRA -
ES015364
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO

DECISÃO

JONAS FREITAS DE JESUS FILHO agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo** nos Embargos de Declaração no Recurso em Sentido Estrito n. 0005926-32.2016.8.08.0024.

Nas razões de seu especial, o recorrente aponta violação dos arts. 15, 129, 121, § 2º, II, todos do Código Penal, 158 do Código de Processo Penal e 22, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.906/1994. Para tanto, argumenta que "a matéria jurídica ora tratada direciona a [sua] conduta [...] para o tipo penal insculpido no art. 129 do CP", pois seu filho "teria sido atingido (pendência de laudo para determinar efetivamente o local dos ferimentos) em meio a discussão familiar com diversas pessoas ao redor, sendo absolutamente e tão somente a ofensa à integridade corporal o objeto da ação de ambos" (ambos à fl. 300).

Aduz, quanto à ofensa ao art. 15 do CP, que "não ter ido adiante porque a vítima também estava armada com um pedaço de pau se amolda ao texto legal ora contrariado" (fl. 301).

Alega que não há falar em motivo fútil, mas em mero entrevero familiar com ofensas físicas e morais recíprocas entre [ele] [...] e a vítima" (fl. 302).

Afirma, quanto à ausência de laudo de exame de corpo de delito, "não se está a falar em nulidade processual", mas que "esta perícia é de suma importância para a análise da matéria relacionada à desclassificação para lesão corporal e desistência voluntária" (ambos à fl. 302).

No que se refere aos honorários fixados ao Defensor Dativo, defende que deve haver observância aos valores previstos na tabela da OAB.

Requer o provimento do recurso, "desconstituindo o Acórdão recorrido, diante das teses levadas à apreciação desse Colendo Superior Tribunal de Justiça" (fl. 305).

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem (fls. 328-330) e o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (fls. 367-371).

Decido.

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade. Passo à análise do recurso especial.

I. Contextualização

Infere-se dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 61, II, na forma do art. 14, II, todos do Código Penal, porque, segundo narrou a peça de acusação (fls. 1-2):

Consta do inquérito em anexo que por volta das 16h50min do dia, 28 de fevereiro de 2016, dentro do imóvel localizado na Alameda Carmen Rosa da Fonseca, n.º 176, Bairro Santo Antônio, Vitória, o denunciado, imbuído de *animus necandi*, fazendo uso de uma faca, desferiu golpes contra a vítima Paulo Henrique de Freitas, seu filho, causando-lhe as lesões descritas nos autos.

Segundo apurado, o denunciado e a vítima residem no mesmo imóvel, sendo que JONAS tem histórico de dependência química, já tendo vendido todos os seus pertences para comprar drogas.

Na data dos fatos o denunciado chegou em casa dizendo que iria encostar um caminhão em sua residência para pegar todas as suas coisas, pois iria vendê-las, fazendo com que seus familiares achassem que ele iria vender todos os seus pertences para comprar drogas, como já havia feito em outra oportunidade.

Neste contexto, a vítima interpelou o denunciado nesse sentido, momento em que JONAS saiu do cômodo em que estavam, voltou com uma faca e, com intenção de matar,

desferiu golpes contra o tórax e a cabeça da vítima, que fazendo uso de um cabo de enxada conseguiu se defender parcialmente, sendo ainda assim atingida.

O crime não se consumou por razões alheias a vontade do denunciado, pois a vítima conseguiu se defender parcialmente, evitando ser mais gravemente ferida, e conseguiu empreender fuga do local.

O delito foi praticado por motivo fútil, uma vez que JONAS atentou contra a vida de seu filho em razão deste não pretender deixar que ele vendesse todos os seus pertences para comprar drogas.

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vitória/ES – Vara Privativa do Júri pronunciou o insurgente, nos termos da incoativa, em decisão assim fundamentada (fls. 184-185):

A materialidade do delito vem demonstrada pelo Boletim Unificado no 27758060 (fls. 16/18) e pela prova vocal acostada aos autos.

No que concerne à autoria do fato, verifica-se a existência de elementos suficientes para demonstrar que o réu é o principal suspeito de ter desferido golpes de faca contra a vítima no dia dos fatos narrados na denúncia.

Com efeito, embora o réu, por ocasião de seu interrogatório no final da instrução contraditória cognoscitiva, informe não se lembrar do ocorrido no dia dos fatos (fls. 134/134v), confirmou seu depoimento prestado à fl. 09, onde confirmou que pegou uma faca e "partiu para cima" da vítima e, conquanto tenha dito que fez isso após ser por ela agredido, a vítima informa, em suma, que, no dia dos fatos, o acusado já estava há três dias sem dormir, dizendo que iria parar um caminhão na frente de casa, pois se mudaria para o Bairro Bela Vista, mas, na verdade, iria vender os bens para usar "pedra", pois descobriram que a televisão já estava vendida, ressaltando, ainda, ter tentado impedi-lo de levar as coisas, instante em que passaram a discutir, tendo o acusado dito que iria ensinar o declarante como se respeita um pai e, ato contínuo, o acusado entrou na casa e voltou com uma faca em mãos já para atingir o coração e a cabeça do declarante, tendo conseguido se proteger com um pedaço de madeira e correr em seguida, quando viu que tinha sido atingido na orelha e na axila (fls. 08 e 126/126v), o que encontra respaldo no testemunho de fls. 125.

A intenção do acusado vem revelada pela sede das lesões no

corpo da vítima e dinâmica dos acontecimentos.

Assim, a tese sustentada pela douta e combativa defesa não pode ser acolhida e o feito deve ser levado ao conhecimento do E. Tribunal do Júri, haja vista as versões existentes para os acontecimentos naquele dia, uma das quais indicando que o réu teria concorrido para o crime, e daquele E. Tribunal será a decisão a respeito de como ocorreram, de fato, os acontecimentos.

Presentes ainda indícios para o reconhecimento da qualificadora do motivo fútil, visto que, segundo a prova vocal amealhada aos autos, o crime teria sido cometido em virtude da vítima não deixar o acusado vender seus pertences para comprar drogas.

Assim, existindo indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, de rigor a pronúncia do réu pela prática de homicídio tentado qualificado contra Paulo Henrique de Freitas, a fim de que seja submetido a julgamento pelo seu juiz natural, o E. Tribunal do Júri.

O Tribunal *a quo* manteve a pronúncia, ao negar provimento ao recurso em sentido estrito da defesa, sob os seguintes fundamentos (fls. 261-263):

O Recorrente afirma que não possuía vontade de matar, mas apenas de lesionar a vítima, ensejo o qual pode ser extraído do depoimento das testemunhas. Ademais, afirma que o fato não passou de uma briga, com agressões mútuas, restando ambos feridos e a vítima, apenas com corte superficial, não se amoldando à figura típica descrita no art. 121 do CP.

Contudo, conforme se extrai do depoimento da testemunha Alice Brenda da Silva Nascimento, em sede policial e em juízo (fls. 07/07v e 126/12v), extrai-se a intenção do recorrente em ceifar a vida da vítima, não havendo que se falar em desclassificação para o delito previsto no art. 129 do CP.

Prosseguindo, de acordo com o depoimento das testemunhas e da vítima, o recorrente apenas não prosseguiu com os fatos pois a vítima teria pego um pedaço de pau e desferido um golpe no cotovelo do recorrente, amoldando-se os fatos na tentativa, e não na desistência voluntária.

Com relação ao decote da qualificadora de motivo fútil, mais sorte não lhe assiste. Conforme se extrai dos autos, o recorrente teria atentado contra a vida da vítima uma vez que esta buscava impedir que ele vendesse todos os seus

pertences para comprar drogas, restando, presente, portanto, a qualificadora.

Por fim, saliento que o fato da vítima ter supostamente perdoado o recorrente não desnatura a conduta gravosa realizada, sendo improcedente o pleito defensivo.

Ademais, entendo que sendo a pronúncia um juízo de admissibilidade da acusação, havendo indícios suficientes de autoria e materialidade, não há que se falar em desclassificação, uma vez que a intenção do agente deve ser analisado pelo próprio Tribunal do Juri.

[...]

Destarte, reputo que, *in casu*, a decisão de pronúncia atendeu ao disposto no art. 413, e em seu § 1º, do Código de Processo Penal, circunscrevendo-se à indicação da materialidade do fato e dos indícios suficientes de autoria, mencionando o dispositivo legal em que estão incurso o acusado e especificando a respectiva qualificadora, afastando-se, pois a possibilidade de desclassificação do delito.

Em embargos de declaração, a Corte de origem esclareceu o que segue (fls. 289-292):

O recorrente alega haver omissão no julgado, quanto à tese da desistência voluntária, inoccorrência da qualificadora de motivo fútil e ausência de manifestação acerca da não juntada do laudo de lesões corporais da vítima.

Após análise detida deste recurso é possível, desde já, firmar observar que não há nenhum vício a ser sanado.

Estabelece o art. 619 do CPP que aos acórdãos proferidos Câmaras poderão ser opostos embargos de declaração, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

Em leitura ao acórdão embargado, observa-se que analisou detidamente as alegações realizadas pelo embargante.

No que tange à tese de desistência voluntária e da ocorrência da qualificadora do motivo fútil, assim se manifestou o julgado:

[...]

Por fim, com relação à alegação de ausência de laudo pericial, inicialmente esclareço que não houve qualquer alegação de nulidade pela ausência da juntada do laudo.

Não obstante, esclareço que o laudo pericial não é necessário para a decisão de pronúncia, uma vez que bastam indícios suficientes de autoria e prova da materialidade -

havendo nos autos provas suficientes diante dos depoimentos colhidos.

Logo, não há nenhuma omissão no julgado, não se prestando a via dos aclaratórios para a revisão do julgado. [...]

[...]

Em tempo observo que o patrono do recorrente peticionou às fls. 220 requerendo o arbitramento dos honorários pela atuação como advogado dativo.

Em leitura do acórdão embargado, vislumbro a ausência de manifestação desta corte, a despeito de sua nomeação pelo magistrado de primeiro grau após prolação da sentença de pronúncia (fls. 150). Assim, entendo que é devido o acolhimento do pleito de fixação dos honorários advocatícios em favor do advogado dativo por sua atuação nesta seara recursal na defesa do recorrido.

Ressalto que, dada a omissão do Código de Processo Penal quanto aos honorários advocatícios, aplica-se, por analogia, as regras do art. 85, §§2º, 8º e 11º do Código de Processo Civil de 2015.

Dessa forma, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, observando-se o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, a serem custeados pelo Estado.

Importante salientar que a tabela da OAB não vincula o Poder Judiciário na fixação de honorários advocatícios, porém, pode ser considerada para verificação da observância do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

Neste sopesar, com esteio no art. 85, §§2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015 c/c com o disposto no artigo 3º do Código de Processo Penal, considerando que o Douto Advogado exerceu com esmero o múnus público que lhe fora conferido, fixo-lhe os honorários advocatícios no *quantum* de R\$ 600,00 (seiscentos reais), por entendê-los adequados e proporcionais ao trabalho realizado (apresentação de recurso em Sentido Estrito e Embargos de Declaração), a serem custeados pelo Estado do Espírito Santo.

II. Desclassificação – art. 129 do CP

De início, cumpre observar que a decisão de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, e basta que o

Juiz esteja convencido da materialidade do delito e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação para que o acusado seja pronunciado, consoante o disposto no art. 413 do CPP.

Todavia, a decisão que submete o réu a julgamento perante o Conselho de Sentença deve ser fundamentada não apenas em relação à materialidade do fato e aos indícios suficientes de autoria ou de participação, **mas, também, no que tange ao *animus necandi*** e às eventuais qualificadoras, haja vista o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Vale dizer, embora a decisão de pronúncia deva ser comedida na apreciação das provas, **deve conter fundamentação mínima para o reconhecimento do *animus necandi***, deixando o juízo de valor acerca da sua efetiva ocorrência para ser apreciado pelo Conselho de Sentença.

Faço lembrar que a Constituição Federal conferiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar crimes dolosos contra a vida e lhe assegurou a soberania dos veredictos. Assim, em respeito ao **princípio do juiz natural, somente é cabível a desclassificação do delito na decisão de pronúncia quando manifestamente improcedente o dolo na conduta imputada ao acusado**, porquanto a decisão acerca da sua caracterização ou não, deve ficar a cargo dos jurados, após debates em plenário.

Nesse sentido:

[...]

1. Se a desclassificação da conduta pelo juiz da pronúncia ocorre porque cristalina e indubitosa a certeza quanto à inexistência de *animus necandi*, resta ausente qualquer usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri.

(AgRg no AREsp n. 1.260.736/GO, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 28/8/2018)

In casu, ao pronunciar o recorrido pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 61, II, na forma do art. 14, II, todos do Código Penal, sobre a presença do *animus necandi*, o Magistrado de primeiro grau destacou (fl. 184):

[...] no dia dos fatos, o acusado já estava há três dias sem

dormir, dizendo que iria parar um caminhão na frente de casa, pois se mudaria para o Bairro Bela Vista, mas, na verdade, iria vender os bens para usar 'pedra', pois descobriram que a televisão já estava vendida, ressaltando, ainda, ter tentado impedi-lo de levar as coisas, instante em que passaram a discutir, **tendo o acusado dito que iria ensinar o declarante como se respeita um pai e, ato contínuo, o acusado entrou na casa e voltou com uma faca em mãos já para atingir o coração e a cabeça do declarante, tendo conseguido se proteger com um pedaço de madeira e correr em seguida, quando viu que tinha sido atingido na orelha e na axila [...]**.

Tal entendimento, como já salientado, foi ratificado pela Corte estadual.

Verifico que as instâncias de origem apontaram indícios mínimos que permitem a submissão do réu a julgamento em Plenário, pois somente é cabível a absolvição sumária ou a desclassificação para crime não doloso contra a vida, na firme compreensão da jurisprudência e da doutrina pátrias, quando, respectivamente, houver prova unívoca da excludente e não tiver nenhum indício que aponte para o *animus necandi*, o que foi afastado tanto pelo Juiz de primeiro grau quanto pelo Tribunal *a quo*.

Assim, haja vista a conclusão das instâncias anteriores, analisar a demanda de forma a concluir pela desclassificação do delito, como deseja a defesa, acarretaria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência obstada pela **Súmula n. 7 do STJ**.

Confira-se:

[...]

1. O acolhimento da tese recursal, no sentido de afastar o elemento subjetivo (*animus necandi*) e, assim, desclassificar o delito de homicídio para o de lesão corporal, implicaria o necessário reexame do contexto fático probatório, o que não se admite na via do recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula 7 desta Corte.

[...]

(AgRg no AREsp n. 1.224.223/MG, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 19/12/2018)

III. Das condições para não consumação do crime – desistência voluntária

No que concerne à circunstância alheia à vontade do agente que impediu a consumação do crime, verifico que a denúncia foi minuciosa ao descrever (fls. 1-2, destaquei):

[...] JONAS saiu do cômodo em que estavam, voltou com uma faca e, com intenção de matar, **desferiu golpes contra o tórax e a cabeça da vítima, que fazendo uso de um cabo de enxada conseguiu se defender parcialmente**, sendo ainda assim atingida.

O crime não se consumou por razões alheias a vontade do denunciado, pois **a vítima conseguiu se defender parcialmente, evitando ser mais gravemente ferida, e conseguiu empreender fuga do local.**

Nota-se, portanto, que o crime só não se consumou em razão da intervenção da vítima, que se defendeu com um cabo de enxada e conseguiu empreender fuga do local, o que afasta a alegação referente à violação do art. 15 do Código Penal, porquanto descritas as circunstâncias que caracterizam o crime tentado, não a desistência voluntária.

IV. Ausência de laudo de exame de corpo de delito

No que tange à aludida violação do art. 158 do CPP, cumpre salientar que, de modo diverso do sustentado no recurso defensivo – a "perícia é de suma importância para a análise da matéria relacionada à desclassificação para lesão corporal e desistência voluntária" (fl. 302) –, o Tribunal salientou a ausência de nulidade em razão da ausência do laudo de exame de corpo de delito, que não é necessário para a decisão de pronúncia.

Desse modo, observo a falta de impugnação objetiva e direta aos fundamentos utilizados pelo acórdão, o que indica a deficiência da fundamentação recursal, pois o insurgente argumentou sobre pontos que não constituíram objeto de decisão pela Corte de origem, a fazer incidir, no particular, a Súmula n. 284 do STF.

De qualquer sorte, importa mencionar precedente desta Corte que corrobora o entendimento esposado no acórdão recorrido:

[...]

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a ausência de exame de corpo de delito não inviabiliza a pronúncia do réu, quando presentes outros elementos de prova. Ademais, "a falta do exame de corpo de delito não é suficiente para invalidar a sentença de pronúncia, seja porque a materialidade pode se comprovada por outros meios de prova, seja porque essa diligência, até o julgamento, pode ser realizada a qualquer tempo" (HC 52.123/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 06/09/2007, DJ 22/10/2007, p. 320). (AgRg no REsp 1758276/DF, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T, DJe 22/11/2018)

V. Qualificadora - motivo torpe

É entendimento dominante nesta Corte Superior de Justiça que **"somente é cabível a exclusão das qualificadoras, na decisão de pronúncia, quando manifestamente improcedentes**, uma vez que cabe ao Tribunal do Júri, diante dos fatos narrados na denúncia e colhidos durante a instrução probatória, a emissão de **juízo de valor acerca da conduta praticada pelo réu"** (AgRg no AREsp n. 813.200/DF, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 6/6/2016, destaquei).

Assim, "ausente qualquer fundamentação idônea para o afastamento das qualificadoras e havendo pertinência entre as referidas qualificadoras e as provas dos autos, cabe ao Conselho de Sentença a tarefa de analisá-las" (**REsp n. 1.095.226/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 18/4/2016).

No caso, o agravante insurge-se contra a adjetivadora reconhecida na pronúncia e confirmada pelo órgão colegiado – **motivo fútil** –, ao argumento de que "tudo não passou de um entrevero familiar com ofensas físicas e morais recíprocas entre Recorrente e vítima" (fl. 302).

O Tribunal estadual ressaltou que há elementos nos autos a indicar que o crime haveria ocorrido porque o acusado buscava impedir que a vítima vendesse todos os seus pertences para comprar drogas.

Verifico que **os Juízos antecedentes não fizeram indevida incursão valorativa** sobre os fatos narrados, mas tão somente

demonstraram elementos aptos a submeter o quesito referente à qualificadora aludida aos jurados.

Conforme salientei, a exclusão de qualificadoras, na etapa do *judicium accusationis*, só é possível quando elas forem **manifestamente improcedentes** – o que **não constato na hipótese**, uma vez que foram apontados **elementos idôneos para embasá-la**. Ressalto que a análise subjetiva da caracterização das adjetivadoras cabe ao Conselho de Sentença, órgão competente para valorar as circunstâncias fáticas do crime e interpretar se a narrativa acusatória configurou o tipo penal descrito no art. 121, § 2º, I, do CP.

Nessa perspectiva:

[...]

1. O acórdão está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, pois devidamente fundamentado em indícios mínimos que apontam a presença das qualificadoras, as quais só podem ser excluídas da decisão de pronúncia se forem manifestamente improcedentes, isto é, quando completamente destituídas de amparo nos autos. Isso porque é vedado no *iudicium accusationis* a valoração das provas para afastar a imputação concretamente apresentada pelo Ministério Público, sob pena de se usurpar o pleno exame dos fatos do juiz natural da causa, qual seja, o Tribunal do Júri (Precedentes).

2. Se o acórdão estadual aduziu/mencionou indícios mínimos para amparar as qualificadoras, a pretensão desclassificatória demanda o revolvimento do acervo fático dos autos a fim de ser acolhida, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 1.296.827/TO, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 21/8/2018)

[...]

1. Este Superior Tribunal de Justiça é firme na compreensão de que a decisão de pronúncia deve ser comedida na apreciação das provas, mas deve conter uma mínima fundamentação para o reconhecimento das qualificadoras, deixando o juízo de valor acerca da sua efetiva ocorrência para ser apreciado por quem constitucionalmente competente, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri.

2. Hipótese em que o magistrado *a quo* limitou-se a demonstrar os indicativos da incidência da qualificadora,

lastreados nas provas constantes nos autos, exprimindo tão somente uma possibilidade. Dessarte, não é possível afirmar que houve o reconhecimento categórico do tipo qualificado, a tornar nula a sentença.

3. Ordem denegada.

(HC n. 401.814/AL, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 15/2/2018)

VI. Honorários do Defensor Dativo

Em 23/10/2019, concluiu-se o julgamento dos **Recursos Especiais ns. 1.665.033/SC e 1.656.322/SC**, submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Na oportunidade, ficaram assentadas as seguintes teses:

I. As tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos conselhos seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado;

II. Nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, poderá, motivadamente, arbitrar outro valor;

III. São, porém, vinculativas, quanto aos valores estabelecidos para os atos praticados por defensor dativo, as tabelas produzidas mediante acordo entre o Poder Público, a Defensoria Pública e a seccional da OAB;

IV. Dado o disposto no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição da República, possui caráter vinculante a Tabela de Honorários da Justiça Federal, assim como tabelas similares instituídas, eventualmente, pelos órgãos competentes das Justiças dos Estados e do Distrito Federal, na forma dos arts. 96, I, e 125, § 1º, parte final, da Constituição da República.

Na hipótese, observo que o acórdão recorrido está em consonância com a tese veiculada no item III do julgado repetitivo proferido por esta Corte, razão pela qual não há como reconhecer a violação ao dispositivo infraconstitucional apontado como ofendido.

VII. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator